



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2015
-------------	-------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
---------------------------	------------------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
--------------------	-----------------------

UNIDADE CORREICIONADA:	VARA DO TRABALHO DE CALDAS NOVAS
-------------------------------	---

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/05/2014 a 30/04/2015
-------------------------------	--------------------------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO
--------------------	---

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Marina Sabino Coutinho	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2013	2014	2015**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.477	1.499	485
2	Processos solucionados na fase de conhecimento	1.400	1.394	424
3	Produção	95%	93%	87%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.247	1.293	398
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	343	445	511
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	751	964	1.057
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	26%	29%	54%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	20%	24%	54%
9	Execuções iniciadas	557	429	179
10	Execuções encerradas	354	301	142
11	Execuções finalizadas	284	318	142
12	Execuções pendentes de encerramento	473	553	571
13	Execuções pendentes de finalização	682	777	814
14	Execuções no arquivo provisório em 30/04	177	217	233
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	71%	69%	89%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	68%	72%	85%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	42%	41%	39%
18	Índice de conciliação da unidade	47%	50%	46%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2015 referem-se aos meses de janeiro a abril.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	CÉSAR SILVEIRA
Juiz Auxiliar	ANDRESSA KALLINY DE ANDRADE CARVALHO

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O Juiz (íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	
Auxiliar fixo	X	X	X	X	

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---

Eventualmente os Juizes incluem audiências nas sextas-feiras.

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	SIM	NÃO
	X	
Forma de revezamento: semanal		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	68
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	109

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?		X

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	436
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	0
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

* Dados apurados em 18/06/2015

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	39
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar (se houver)	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	21	0
Sentença na fase executória	12	0
Embargos de declaração	7	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correccional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	55	61
Ordinário	143	169

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correccional**	No período correccionado
Sumaríssimo	15	10
Ordinário	18	11

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correccional**	No período correccionado
	25	38

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correccional**	No período correccionado
	2	2

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correccional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	2
Atualização de cálculos	2	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	2	3

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correccional **	No período correccionado
Sumaríssimo	33	34
Ordinário	36	38

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correccional foi realizada em 04/12/2014 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/11/2013 a 31/10/2014.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA	DIRETOR DE SECRETARIA	EFETIVO
RONAIR MARTA PROENÇA SILVA	ASSISTENTE DE DIRETOR	EFETIVO
DÉBORAH CARVALHO MENDONÇA	TÉCNICO JUDICIÁRIO	EFETIVO
ELIANE PEIXOTO DA SILVA GUIMARÃES	ASSISTENTE DE JUIZ	CEDIDO MUNICIPAL
ELZA GONZAGA ROCHA	ASSISTENTE-2	CEDIDO MUNICIPAL
ENEIDA PIRES RAPOSO DE M. SOUZA	OFICIAL DE JUSTIÇA	EFETIVO
FERNADA MURÇA GREGHI	ANALISTA JUDICIÁRIO	EFETIVO
HELDER REGINO CARDOSO DE BRITO	OFICIAL DE JUSTIÇA	EFETIVO
KAREN BRAZ HOLLANDA	ANALISTA JUDICIÁRIO	EFETIVO
LAYRE SARAIVA DE LIRA C. DO VALE	SECRETÁRIA DE AUDIÊNCIAS	EFETIVO
MARTA APARECIDA DORÍSSIO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	EFETIVO
RENATO HENRIQUE FIÚME V. PIRES	ANALISTA JUDICIÁRIO	EFETIVO
GEOVANA ARAÚJO CONDE		MENOR-APRENDIZ

* A unidade não possui claro de lotação.

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	15
Notebooks	2
Impressoras	7
Multifuncionais	2
Fax	1
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

4.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	x
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	x
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	x
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	x

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	-	-	A unidade não utiliza o sistema PJe-JT.
2	A unidade procede à retificação dos movimentos/andamentos lançados no sistema informatizado, conforme constatado nas correções permanentes, nos termos do Ofício Circular SCR nº 11/2013?	x		
3	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	-	-	A unidade não utiliza o sistema PJe-JT.
4	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	x		
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos art. 163 do PGC?	x		Exceto os valores pagos em decorrência de acordo.
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	x		
7	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	x		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	x		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	x		
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	-	-	
12	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar com qual periodicidade há o revezamento entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na realização das audiências (diário, semanal ou mensal?).	x		Revezamento semanal
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?			As audiências iniciais estão sendo marcadas para agosto e setembro de 2015 nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente. As audiências de instrução estão sendo marcadas para agosto e outubro de 2015 nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente.
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?		x	
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	x		Exceto nas sentenças condenatórias.
16	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	x		
18	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	x		
19	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 174 do mesmo diploma normativo?	x		
20	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x		
21	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC ?		x	
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “i” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		x	
23	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e enviar à equipe correicional)	x		
24	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nºs 30/2012 e 32/2012?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	-	-	
26	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?	-	-	
27	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	x		
28	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 195 do PGC?		x	
29	O Juízo determina a prévia citação do sócio, em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, antes de praticar qualquer medida constritiva de bens, com a consequente alteração dos dados cadastrais nos sistemas informatizados, conforme disposto no artigo 160 do PGC?	x		
30	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, desconsideração da personalidade jurídica e expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	x		A unidade atende parcialmente à Recomendação 2/2011 da CGJT, conforme apurado no item 14 do Relatório de Correição.
31	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT ?	x		
32	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	x		
33	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
34	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	x		Exceto o andamento relativo a suspensão da execução conforme apurado no item 9 do Relatório de Correição.
35	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	x		
36	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	x		
37	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	x		
38	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a dívida, conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	x		
39	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	x		
40	A unidade julgou mais processos que os distribuídos, no ano de 2015? (Meta 1 do CNJ)		x	
41	A unidade julgou, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no primeiro grau? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais? (Meta 2 do CNJ)	x		
42	A unidade baixou, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente? (Meta 5 do CNJ)		x	
43	A unidade julgou as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais? (Meta 6 do CNJ)	x		
44	A unidade aumentou em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014? (Meta específica pra Justiça do Trabalho)	x		
45	A unidade possui servidores atuando em regime de tele-trabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor e o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta condição.	x		PORT.VT - 01/2015 E PORT.TRT/18 GP/DG/SCJ- 01/2013. DÉBORAH CARVALHO MENDONÇA, FERNANDA MURÇA GREGHI, KAREN BRAZ HOLLANDA

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

6.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - A adoção de medidas para redução do prazo médio para designação de audiências e entrega da prestação jurisdicional nos feitos submetidos ao rito sumaríssimo, que se encontram em 33 e 55 dias, respectivamente, em desacordo com os artigos 852-B, III e 852- H, parágrafo 7º da CLT, reduzindo-os para o limite legal de 15 e 30 dias, respectivamente, visando garantir a celeridade processual, objetivo precípua desta Especializada;	x		
7.1.2 - A adequação do prazo médio para julgamento de incidentes processuais na fase de execução, que atualmente se encontra em 25 dias, superior ao prazo previsto no artigo 885 da CLT, conforme apurado no item 2.6.4 do Relatório de Correição;		x	
7.1.3 - O lançamento, com regularidade, no sistema SAJ18, dos valores decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, inclusive as recursais, tanto na fase de conhecimento como na de execução, nos termos dos artigos 163 e 170 do PGC, conforme apurado no item 6.2 – 2, 7 e 26 do Relatório de Correição;	x		Atendida parcialmente.
7.1.4 - A observância pela secretaria do disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e parágrafo único do artigo 183 do PGC, quanto à necessidade de fazer constar dos editais de citação, nas ações de execução fiscal, o prazo de 5 dias para pagamento e 30 dias para publicidade do edital, o número e a data de inscrição no registro da Dívida Ativa – CDA, bem como fazer constar os números das CDAs nos editais de intimação e de praça e demais publicações, conforme o artigo 185 do PGC (itens 6.2 – 15 e 16 do Relatório de Correição);	x		

7.1.5 - O integral cumprimento da determinação contida no artigo 128 do PGC, por ocasião da remessa dos processos ao Tribunal para apreciação de recurso, especialmente quanto a necessidade de se certificar os feriados, o rito pelo qual tramita o processo e o magistrado prolator da sentença, conforme apurado no item 6.2 – 25 do Relatório de Correição;	x		
7.1.6 - Que a secretaria da vara se abstenha de arquivar provisoriamente as execuções previdenciárias em trâmite sem a prévia suspensão do curso da execução, quando não forem encontrados o devedor ou bens suficientes para o pagamento da dívida. Nesta hipótese, a unidade deverá adotar a sistemática descrita no art. 40 da LEF, suspendendo o curso da execução por até um ano, antes de encaminhar os autos ao arquivo provisório (item 6.2 – 14 do Relatório de Correição), uma vez que o arquivamento provisório pode implicar em extinção de direitos pela aplicação da prescrição intercorrente. O Desembargador Corregedor alertou ainda para a necessidade da unidade realizar, tanto nas execuções previdenciárias quanto nas execuções trabalhistas, o lançamento dos andamentos correspondentes à suspensão e ao arquivamento provisório no sistema SAJ18, visando retratar com fidelidade a fase em que o processo se encontra, conforme apurado no item 6.2 – 11 do Relatório de Correição.	x		Atendida parcialmente.

7.2 – Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o CHECK LIST elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos e certifica a inexistência de pendências, indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTSum-0000012-68.2015.5.18.0161, RTSum-0000597-23.2015.5.18.0161, RTSum-0000267-26.2015.5.18.0161, RTOOrd-0000656-11.2015.5.18.0161 e RTOOrd-0000005-76.2015.5.18.0161).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, DESCUMPRINDO o artigo 177 do PGC (processos: RTSum 0001495-70.2014.5.18.0161, RTOOrd 0001249-11.2013.5.18.0161, RTOOrd 0000959-59.2014.5.18.0161, RTSum 0001185-64.2014.5.18.0161, RTOOrd 0001423-20.2013.5.18.0161).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum 0001495-70.2014.5.18.0161, RTOOrd 0000959-59.2014.5.18.0161, RTSum 0001185-64.2014.5.18.0161).
4	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nos acordos homologados pela Vara do Trabalho são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que as atas e decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOOrd 0000542-09.2014.5.18.0161, RTOOrd 0000636-54.2014.5.18.0161, RTOOrd 0001153-59.2014.5.18.0161 e RTOOrd 0001251-44.2014.5.18.0161).
5	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados, descumprindo o disposto na Recomendação TRT18ª nº 1/2014 (processos: RTOOrd 0000547-94.2015.5.18.0161, RTOOrd 0000536-65.2015.5.18.0161 e RTOOrd 0000520-14.2015.5.18.0161).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA no sistema informatizado (SAJ-18) os valores dos acordos pagos, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd 0000542-09.2014.5.18.0161, RTOOrd 0000636-54.2014.5.18.0161, RTOOrd 0001153-59.2014.5.18.0161 e RTOOrd 0001251-44.2014.5.18.0161).
7	Constatou-se, em 19/06/2015, através da ferramenta Birô, do sistema informatizado SAJ18, a existência de quantidade significativa de processos com atraso considerável na pasta de tarefas "PENDÊNCIAS PARA O DIRETOR", os mais antigos desde fevereiro de 2015.
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 30 (trinta) dias, no caso de inércia do credor e, posteriormente, remetendo ao arquivo provisório (processos: RTOOrd 0000469-71.2013.5.18.0161, RTOOrd 0000781-47.2013.5.18.0161, RTOOrd 0000409-64.2014.5.18.0161 e RTSum 0000564-67.2014.5.18.0161).
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA no sistema informatizado SAJ-18 o movimento "EXECUÇÃO SUSPensa", descumprindo o artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd 0000469-71.2013.5.18.0161, RTOOrd 0000781-47.2013.5.18.0161, RTOOrd 0000409-64.2014.5.18.0161 e RTSum 0000564-67.2014.5.18.0161).
10	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd 0000511-86.2014.5.18.0161, RTOOrd 0000601-94.2014.5.18.0161, RTOOrd 0000636-54.2014.5.18.0161 e RTOOrd 0001592-70.2014.5.18.0161).

VARA DO TRABALHO DE CALDAS NOVAS

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

19/06/2015

Item	Constatações
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado (SAJ-18) os movimentos que indicam o início e o encerramento da execução previdenciária, cumprindo disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd 0000511-86.2014.5.18.0161, RTOrd 0000601-94.2014.5.18.0161, RTOrd 0000636-54.2014.5.18.0161 e RTOrd 0001592-70.2014.5.18.0161).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado (SAJ-18) os valores referentes aos recolhimentos previdenciários, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd 0000511-86.2014.5.18.0161, RTOrd 0000601-94.2014.5.18.0161, RTOrd 0000636-54.2014.5.18.0161 e RTOrd 0001592-70.2014.5.18.0161).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado (SAJ-18) os movimentos que indicam o início e o fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC e o artigo 1º do Provimento TRT 18ª SCR nº 3/2013 (processos: RTOrd 0000616-63.2014.5.18.0161, RTOrd 0000483-21.2014.5.18.0161 e RTOrd 0000563-82.2014.5.18.0161).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e INCRA, independentemente do requerimento da parte. Constatou-se, ainda, que a Vara do Trabalho NÃO UTILIZA outros meios, de ofício, para constrição dos bens do executado, antes da suspensão da execução (art. 40 da LEF), descumprindo o disposto na Recomendação nº 2/CGJT de 2011 (processos: RTSum 0001459-62.2013.5.18.0161, RTSum 0000779-43.2014.5.18.0161, RTSum 0001459-62.2013.5.18.0161 e RTOrd 0000469-71.2013.5.18.0161).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO LIBERA imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença, descumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOrd 0000473-11.2013.5.18.0161, RTOrd 0000662-86.2013.5.18.0161 e RTOrd 0000735-58.2013.5.18.0161).
16	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais, bem como das sentenças prolatadas ou acordos homologados nos processos em que figuram como partes ou intervenientes idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0000128-74.2015.5.18.0161, RTSum-0000137-36.2015.5.18.0161, RTSum-0000183-25.2015.5.18.0161, RTOrd-0000213-60.2015.5.18.0161, RTSum-0000405-90.2015.5.18.0161, RTOrd-0000445-72.2015.5.18.0161).
17	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado, o nome do Juiz prolator da sentença e certifica os feriados, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC (processos: RTOrd 0001241-97.2014.5.18.0161, RTSum 0001121-88.2013.5.18.0161, RTOrd 0000696-27.2014.5.18.0161, RTOrd 0000579-36.2014.5.18.0161, RTOrd 0001457-92.2013.5.18.0161, RTOrd 0000260-68.2014.5.18.0161).
18	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd 0001241-97.2014.5.18.0161, RTSum 0001198-63.2014.5.18.0161, RTOrd 0000696-27.2014.5.18.0161, RTOrd 0001457-92.2013.5.18.0161, RTOrd 0000260-68.2014.5.18.0161).
19	O Juiz analisa, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOrd 0001241-97.2014.5.18.0161, RTSum 0001121-88.2013.5.18.0161, RTSum 0001198-63.2014.5.18.0161, RTOrd 0000696-27.2014.5.18.0161, RTOrd 0000579-36.2014.5.18.0161, RTOrd 0000211-27.2014.5.18.0161, RTOrd 0001457-92.2013.5.18.0161, RTOrd 0000260-68.2014.5.18.0161).
20	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 01/12/2014 e 03/06/2015, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início de audiências é de 22 minutos e (2º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências, 13 (processos) processos.
21	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 01/12/2014 e 03/06/2015, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira.